

NEM A COVID-19 OS FAZ ALTERAR DE COMPORTAMENTO

INFORMAÇÃO AOS TRABALHADORES DO GRUPO MEO/ALTICE PORTUGAL

É URGENTE ALTERAR O “DIÁLOGO DE SURDOS” COM O COMEX

REUNIÃO DA FRENTE SINDICAL

Os Sindicatos da Frente Sindical reuniram no passado dia 18, para analisar a situação laboral no Grupo MEO/Altice Portugal e decidiram comunicar aos trabalhadores as principais conclusões, assim:

1. Diálogo de surdos

Os Sindicatos da Frente Sindical têm sabido ser protagonistas de um Diálogo Social muito sério e responsável, no qual um dos pontos mais evidentes foi a sua atitude em relação à MEO S.T., cujo projecto era facilmente “deitado abaixo”, comparado depois com a trapalhada criada pela empresa com o “MEO TRACKING, são evidentes as diferenças.

Mas o COMEX ignora isso tudo e opta cada vez mais por um “Diálogo de Surdos” e a política do “FACTO CONSUMADO”, que os Sindicatos da Frente Sindical rejeitam categoricamente, os Parceiros Sociais estão condenados a dialogar, isto faz parte das suas atribuições.

Vamos só lembrar o comportamento do COMEX em relação a temas extremamente importantes para os trabalhadores.

2. Processo negocial

O processo negocial de 2019/2020, porque já se juntaram os dois anos, não pode mais continuar emperrado. Em 2019, a Gestão da Empresa atrasou estrategicamente o processo desde Fevereiro e marcou a primeira reunião só em Setembro. Em Dezembro, depois de várias sessões negociais terem sido adiadas pela empresa, não havia acordo principalmente sobre os aumentos salariais.

Já em 2020, na reunião de 22 de Janeiro, o CEO da MEO/Altice assumiu a posição que a Frente Sindical já divulgou, que a Empresa não tinha disponibilidade para negociar aumentos salariais para 2020, mas que se comprometia a atribuir um Prémio de 300€ a pagar a todos os trabalhadores no final de Março, para atenuar os efeitos do congelamento salarial de 2019.

Até agora os trabalhadores nada receberam, embora a Frente Sindical já o tenha reclamado por duas vezes.

Entretanto chega a Pandemia da COVID-19, como as negociações estão suspensas, fizemos várias insistências para que fossem retomadas, que foram caindo “em saco roto”.

Só no passado dia 8 de Junho, recebemos uma resposta por escrito da DRH a referir que **“procurariam retomar o processo até final de Julho, logo que possamos ter uma maior estabilização ao nível do negócio e da normalização ao nível da organização das equipas de trabalho”.**

Estes argumentos não podem ser aceites porque nada tem que ver com a negociação salarial nem com o clausulado.

Assim, a Frente Sindical decidiu:

- Transmitir ao COMEX, que não aceita o protelamento do processo (a empresa tem instalações onde se podem realizar perfeitamente as reuniões presenciais, mantendo as regras de segurança recomendadas pela DGS);
- Que pretende retomar o processo até final de Junho;
- Se tal não acontecer passaremos o processo para a fase de Conciliação com a DGERT.

3. Avaliação do Desempenho

A “Avaliação do Desempenho”, é cada vez menos a avaliação do desempenho e cada vez mais o que as “Chefias” querem.

Está definido no ACT que a Avaliação do Desempenho deve servir para motivar os trabalhadores e deve ter por base as competências destes. **Será isso que na prática se passa hoje? Sabemos que não.**

A lógica. A lógica, cujos princípios estão estabelecidos no ACT, é que a Chefia directa avalia o trabalhador, mas ao longo do ano são realizadas reuniões de feedback (o que não acontece), depois de concluída a avaliação, a chefia reúne com o trabalhador para lhe dar conhecimento de forma fundamentada do resultado da Avaliação e propõe um Plano de desenvolvimento pessoal. **Na prática é isto que se passa? Sabemos que não.**

Depois de conhecidos os resultados da avaliação, nos 30 dias seguintes, qualquer trabalhador pode reclamar da sua avaliação.

Nova “invenção”. Têm chegado informações aos sindicatos de situações, em que o resultado da Avaliação é colocado no “Portal do colaborador”, mesmo antes da reunião final. Política do facto consumado, o que é uma aberração, pois desmotiva e condiciona a reclamação do trabalhador e a intervenção do seu sindicato porque a nota não será corrigida como tem acontecido nos processos anteriores.

Em vez de Avaliação, represália. Aos trabalhadores que não aceitaram o Contrato de Cedência para a MEO S.T., a “avaliação do desempenho”, que devia ser em função do trabalho realizado, foi em função dessa legítima recusa, em regra os valores foram reduzidos para metade e a justificação é que “não estão alinhados com o projecto da empresa”. Isto é inqualificável e pergunta-se: Até quando a gestão está disposta a este tipo de comportamentos, marginalizando os trabalhadores, por um “crime” que não cometeram?

Por fim. A Gestão deve saber que o Modelo da Avaliação do Desempenho foi negociado com os Sindicatos em 2013 e por isso é parte integrante dos processos negociais.

Os Sindicatos tiverem conhecimento que a empresa vai desenvolver um processo de avaliação intermédio, sem que ao menos tivessem convocado os Sindicatos para explicar o que se ia passar e ouvir a opinião destes.

A política do “facto consumado” está-lhes na massa do sangue, “mas há mais marés que marinheiros”.

4. Acidente na Central de Alcabideche

A Frente Sindical lamenta profundamente o acidente ocorrido recentemente numa Torre de Telecomunicações, instalada na cobertura da Central de Alcabideche com um desfecho trágico, até ao momento com uma morte de um trabalhador e outro em perigo de vida.

A Frente Sindical espera informações sobre os inquéritos que estão a ser realizados e respectivas conclusões. **“A culpa não pode morrer solteira”!**

Aliás, a MEO tinha o dever de já ter feito uma informação aos trabalhadores, inclusive apelando aos cuidados a terem quando se trata de subidas em altura.

Conservação. É uma constatação que a manutenção/conservação não tem sido uma preocupação para a gestão da MEO/Altice Portugal, quer se trate de Torres, de Postes ou dos edifícios, porque esta não dá lucro. Conforme se verifica as poupanças desmedidas originam acidentes, publicidade negativa e perdas de produtividade significativas.

Quem anda no terreno e conhece a realidade sabe que esta é a seguinte:

- Os postes foram instalados para suportar as linhas e os cabos, mas devido à falta de manutenção preventiva, em muitas situações agora é o inverso, são os cabos a suportar os postes.
- Nas torres, a situação requer uma avaliação geral, porque desde que a /Altice comprou a PT, não se observa nenhum plano de manutenção preventiva, mas sim alguma manutenção correctiva, tanto em relação às que se mantêm na MEO, como às que foram vendidas, primeiro OMTEL e depois à CELLNEX.

- c) Nos edifícios a situação repete-se. Infiltrações, casas de banho sem limpeza, falta de iluminação, logradouros sem qualquer tratamento evidenciado pelo estado em que se encontram as árvores e arbustos, ervas daninhas, havendo edifícios cujo estado de conservação deve envergonhar qualquer um.

De um modo geral os edifícios encontram-se em estado de degradação avançado, a MEO não cumpre os prazos legislados para se efectuarem as manutenções, sendo muitas das vezes a edilidade a notificar a empresa para efectuar obras.

Quanto às Torres, sabe-se que há várias outras em más condições, particularmente no Litoral devido à corrosão, que os Técnicos da MEO se têm recusado a subir e muito bem.

Resumindo, a empresa sabe que a conservação preventiva é sempre mais barata que a reparação, mas não investe em manutenção e quando as situações ocorrem, aplica-se o provérbio que diz “depois de casa roubada, trancas à porta”.

Um aspecto fundamental em termos de manutenção/conservação, é a fiscalização rigorosa e sem contemplos de quem recebe as obras.

Atitude dos trabalhadores. Para a Frente Sindical, a vida de um trabalhador, seja da empresa ou dos prestadores/empregados, não tem preço, vale mais que qualquer fortuna dos empresários.

Assim, a Frente Sindical recomenda aos trabalhadores o seguinte:

- Não subam a qualquer poste ou torre que não estejam em boas condições de manutenção;
- Não executem trabalhos em altura sem respeitar as normas de segurança.
- Exijam neste tipo de trabalhos, equipas com o mínimo de dois trabalhadores;
- Se forem pressionados para “facilitar” devem exigir que a ordem seja dada por escrito, para que quem persiste na ilegalidade venha a ser chamado à responsabilidade.
- Solicitem formação para trabalhos em altura, reconhecida pela DGERT.

5. O Diálogo de surdos não resolver nada

Isto não pode continuar, temos de dar o salto. A Frente Sindical, repetimos, é apologista do Diálogo Social, responsável, sério e transparente, porque é a melhor ferramenta para se resolverem os problemas laborais. Mas quando o “Diálogo Social é de Surdos”, como aquele que perfilha o COMEX, então temos que dar o salto para outro patamar.

Neste contexto, a Frente Sindical decidiu que após as férias e o retomar quase normal da actividade na empresa, se realizarão Plenários nos locais de trabalho habituais, discutindo a situação e auscultando se os trabalhadores ainda conhecem os caminhos que nos trouxeram no dia 21 de Julho de 2017 às Picoas e repetirmos aquela grande concentração.

Se o COMEX pensa que a COVID-19 serve para bloquear o Diálogo Social, desrespeitar os direitos dos trabalhadores e congelar salários, dividindo quem trabalha, desiluda-se, pois, a Frente Sindical e os Trabalhadores saberão estar à altura de dar a resposta que o COMEX merece, mais cedo do que tarde.

TRABALHADOR DO GRUPO MEO/ALTICE SINDICALIZA-TE NOS SINDICATOS DA FRENTE SINDICAL.

JUNTOS HAVEMOS DE VENCER MAIS ESTA BATALHA.

25 de Junho de 2020

Os Sindicatos Subscritores